

CHINA, RÚSSIA E A INTEGRAÇÃO ASIÁTICA: O SISTEMA SINOCÊNTRICO COMO PARTE DA TRANSIÇÃO SISTÊMICA

China, Russia and Asian Integration: The Sinocentric
System as Part of the Systemic Transition

Diego Pautasso¹

Introdução

O fim da Guerra Fria acelerou a reaproximação entre China e Rússia iniciada ainda nos anos 1980, sob as lideranças de Gorbatchov e de Deng Xiaoping. Foram inúmeros os desdobramentos na Ásia: a superação dos padrões de inimizade herdados da bipolaridade e da ruptura sino-soviética; a alteração dos alinhamentos diplomáticos e do posicionamento dos EUA na região; a criação de políticas para a segurança bilateral e regional entre China e Rússia; a intensificação da cooperação sino-russa em áreas estratégicas, como os setores bélico, nuclear e aeroespacial; a ampliação do comércio e dos investimentos bilaterais; o desenvolvimento de iniciativas voltadas à integração infraestrutural, sobretudo energética; e a aceleração e aprofundamento dos mecanismos de integração regionais.

Se é possível reconhecer que o sistema internacional está em transição, logo, uma de suas características é o surgimento de novas configurações de poder (ARRIGHI; SILVER, 2001) nos interstícios das estruturas hegemônicas de poder formadas pelos EUA no Pós-Guerra. Nesse sentido, o argumento central é que uma das mais expressivas configurações de poder impulsionadas com o Pós-Guerra Fria foi a progressiva liderança chinesa sobre um amplo sistema regional. Sugerimos, pois, que a transição experimentada pela China é, ao mesmo tempo, parte central tanto das transformações na Ásia quando do próprio sistema internacional.

¹ Doutor e Mestre em Ciência Política e Graduado em Geografia pela UFRGS. Atualmente é professor de Relações Internacionais da ESPM-RS. dpautasso@espm.br

Processos de integração na Ásia no Pós-Guerra Fria

O fim da Guerra Fria retirou as bases de sustentação do sistema internacional forjadas no Pós-Segunda Guerra e, por sua vez, dos seus mecanismos de regulação que permitiam certa estabilidade e controle no uso da violência (VIZENTINI, 2004, p. 10). Isto é, o resultado foi uma desordem mundial como efeito tanto da falta de algo para substituí-lo quanto da falência do irrealista projeto dos EUA de afirmação de um mundo baseado numa única superpotência (HOBSBAWN, 1995, p. 251). Na Ásia, o resultado do fim da bipolaridade e da URSS foi a rápida mudança dos arranjos diplomáticos e econômicos, pois permitiu a formação de novos países na Eurásia, acelerou o desenvolvimento dos países da Ásia-Pacífico e desencadeou processos de integração regionais, como a OCS, e aprofundou antigos, como a ASEAN. A China tem se aproveitado destas transformações sistêmicas para ser o país capaz de integrar a Eurásia à Bacia do Pacífico.

O impulso decisivo ao aprofundamento dos processos de integração asiáticos foi a desintegração da URSS e o fim da bipolaridade. No caso do espaço soviético, surgiu de forma imediata a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) em dezembro de 1991, como resposta da diplomacia russa ao rápido enfraquecimento do país. Inclusive porque o colapso soviético culminou em iniciativas que excluía a Rússia, como a Comunidade dos Estados Eslavos, formada alguns dias antes da CEI pela Ucrânia e pela Bielorrússia, no bojo dos processos de independência. O acordo de Alma-Ata (atual Almaty) que deu origem à CEI incluía todos os países da ex-URSS, exceto os países do Báltico e a Geórgia (este que viria a integrá-la posteriormente e se retirar em 2009 em razão da deterioração das relações com a Rússia decorrente do conflito de agosto de 2008).²

No interior da Ásia, os países centro-asiáticos buscaram criar algum suporte regional face à perplexidade e aos desafios do novo cenário decorrentes do colapso soviético. Em 1994, foi criada a União Centro-Asiática (CAU), com Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão e, após 1998, com o ingresso do Tadjiquistão. Em 1998 foi

² Ver site oficial da CEI. Disponível em: <http://www.cis.minsk.by/main.aspx?uid=74>. Acesso em 10/06/2010.

rebatizado de União Econômica Centro-Asiática (CAEU) e em 2001 passou a chamar-se Organização para a Cooperação Centro-Asiática (CACO). Apesar dos esforços, o processo de integração tem sido frágil, com cerca de 8% do comércio se desenvolvendo no espaço intra-bloco (BOHR, 2004, p. 485-88), refletindo a vinculação ainda forte com a Rússia, a notável ascensão da China, a baixa complementaridade das economias da região e, sobretudo, os desafios dos governos centro-asiáticos diante da construção nacional. Há ainda a Organização para a Cooperação Econômica (ECO), formada em 1985 pelo Irã, Paquistão e Turquia, expandida em 1992 com Afeganistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, bem como o Diálogo para a Cooperação da Ásia (ACD) estabelecido em 2002, com 30 nações asiáticas, funcionando como um encontro anual entre ministros das relações exteriores (ANTONENKO, 2007, p. 6).

Em função da relativa inoperância da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), a diplomacia russa tentou retomar o protagonismo nos ex-países soviéticos com outras iniciativas diplomáticas de âmbito regional. A formação da Comunidade Econômica Eurasiática (EAEC) em 2000 surgiu da iniciativa da Rússia, Cazaquistão e Bielorrússia (1995) de assinarem um acordo no âmbito da CEI – e que posteriormente passou a contar com a participação do Quirguistão (1996) e do Tadjiquistão (1999). Em 2003, inclusive, o governo russo teve a iniciativa de criar o Espaço Econômico Único, com os países mais alinhados a Moscou, no caso Ucrânia, Cazaquistão e Bielorrússia. Se, de um lado, a diplomacia russa tem buscado recuperar o terreno perdido no âmbito regional, de outro, alguns países buscam evitar a excessiva dependência de Moscou. São os casos da formação do GUUAM em 1997, com Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova (com a posterior integração do Uzbequistão em 1999) e do acercamento dos EUA com o estabelecimento de bases militares após 11 de Setembro de 2001, como foram os casos de Khanabad e Kokaid, no Uzbequistão, Dushanbe e Kuliab, no Tadjiquistão, e Manas, no Quirguistão (BOHR, 2004, p. 485-90).

A prioridade da diplomacia russa tem sido a busca pela retomada da projeção sobre a antiga órbita de influência soviética inclusive em razão da inferioridade

relativa da Rússia diante dos EUA e da União Europeia. No caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a percepção russa de acercamento é muito clara, com a ampliação da OTAN para membros da ex-URSS e as intermitentes ameaças norte-americanas de construção de um escudo antimísseis na Europa do Leste, assim como a intervenção em países próximos a Moscou, como Ucrânia e Sérvia. No caso da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE³), a diplomacia russa entende que a organização multilateral tem dado ênfase excessiva a temas como direitos humanos e democracia, sem dar a devida atenção à manutenção da paz e ao combate ao terrorismo. Apesar de ainda estar fora da Organização Mundial do Comércio (OMC), o reconhecimento da importância da Rússia, mesmo diante dos percalços internos nos anos 1990, fez-se notar com a integração do país ao G8 e aos Clubes de Paris e de Londres. A segurança energética europeia e o unilateralismo da diplomacia dos EUA também foram dois importantes focos da agenda diplomática com a Rússia.

Na Bacia do Pacífico, o cenário diplomático também foi alterado com o fim da Guerra Fria, envolvendo inclusive a ampliação da integração sino-russa nos mecanismos institucionais da região. Em contraste com as relações com o Ocidente, a diplomacia russa tem tido um ativismo multilateral mais expressivo, com destaque para a interação com a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC⁴) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN⁵). A China passou a integrar a APEC em 1991 e a Rússia em 1998 – este inclusive com apoio diplomático chinês. No mesmo sentido, as primeiras participações tanto de China quanto de Rússia nos encontros da ASEAN deram-se em 1991 e, a partir deste momento, tornaram-se participantes ativos do Fórum Regional da ASEAN (ARF). Em 1997, formou-se a ASEAN+3, a partir da articulação dos países do sudeste asiático com China, Japão e Coreia do Sul. Cabe destacar que com

³ A OSCE foi criada a partir da Conferência Sobre Cooperação na Europa (CSCE), realizada em Helsinque em 1975. Atualmente, é formada por 56 países membros, com os países europeus e centro-asiáticos, além de EUA e Canadá. Ver <http://www.osce.org/>

⁴ A APEC tem hoje 21 membros: Austrália, Brunei, Canadá, [Chile](#), [China](#), ([Hong Kong](#) e Taiwan), [Indonésia](#), [Japão](#), [Coreia do Sul](#), [Malásia](#), [México](#), [Nova Zelândia](#), [Papua-Nova Guiné](#), [Peru](#), [Filipinas](#), [Rússia](#), [Cingapura](#), [Tailândia](#), [EUA](#), [Vietnã](#). Ver site oficial: <http://www.apec.org/>

⁵ A ASEAN tem hoje 10 membros (por ordem de adesão): [Tailândia \(1967\)](#), [Filipinas \(1967\)](#), [Malásia \(1967\)](#), [Cingapura \(1967\)](#), [Indonésia \(1967\)](#), [Brunei \(1984\)](#), [Vietnã \(1995\)](#), [Mianmar \(1997\)](#), [Laos \(1997\)](#), [Camboja \(1999\)](#), além de 2 observadores, Papua-Nova Guiné e Timor Leste. Ver site oficial: <http://www.aseansec.org/home.htm>

o fim da Guerra Fria, a ASEAN deixou de ser um bloco com perfil anticomunista, como quando de sua formação em 1967, passando a integrar os países da Indochina.

Para a diplomacia chinesa, a reconfiguração das relações diplomáticas na Ásia-Pacífico representou a superação do padrão de inimizade regional após 1990, projetando a liderança chinesa. Conforme Zhao (2004, p. 309-11), ao invés de “cachorros do imperialismo americano”, como difundia a percepção chinesa nos anos 1960, agora a ASEAN e a região são, justamente, a prioridade da diplomacia da China e condição para sua projeção global. Progressivamente, a diplomacia chinesa normalizou relações com a Indonésia (8/1990), Cingapura (10/1990), Brunei (9/1991) e Vietnã (11/1991), além de enviar tropas de paz para estabilizar o Camboja (1992). A repressão da Praça da Paz Celestial (1989) serviu para o governo chinês evitar o isolamento proposto pelo Ocidente ao fortalecer a integração com a Ásia-Pacífico, como demonstram a participação na Conferência Ministerial da ASEAN (1991) e no Fórum Regional da ASEAN (1994). A crise asiática de 1997 projetou a liderança chinesa em razão da decisão do país de não desvalorizar sua moeda, contribuindo para não agravar o cenário regional.

Além da aproximação bilateral e regional, outro importante espaço de diálogo entre China e Rússia foi criado no âmbito do grupo BRIC. Em junho de 2009 foi realizada a Primeira Cúpula do BRIC, em Yekaterinburg, na Rússia, com o debate acerca de vários temas, tais como a crise financeira de 2008-09 e o papel do dólar como moeda de reserva internacional. Os países do grupo BRIC representam 42% da população mundial, 14,6% do Produto Interno Bruto mundial (PIB) e 12,8 % do volume de comércio global.⁶ Não obstante as expressivas diferenças quanto às prioridades externas, estes países aproveitaram-se da notoriedade que lhes foi conferida pela opinião pública e academia para desenvolver mecanismos multilaterais importantes neste cenário de transformações no balanço de forças no mundo.

⁶ Ver “Chinese president arrives in Yekaterinburg for SCO summit, BRIC meeting”. Agência Xinhua, 14/06/2009. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2009-06/14/content_11541753.htm. Acesso em 15/07/2010.

Contudo, o mais expressivo processo de integração desencadeado por China e Rússia, e quiçá um dos mais importantes neste século XXI, foi a Organização para a Cooperação de Shangai (OCS), criada em 2001. A origem do processo de integração remonta à visita ao Cazaquistão em 1994 do primeiro-ministro chinês Li Peng quando este expressou os objetivos diplomáticos e políticos da China para a Ásia Central: o princípio da igualdade e do benefício mútuo, a construção de uma nova Rota da Seda via integração econômica e o desenvolvimento da cooperação multilateral (XING, 2001, p. 155). A criação do Fórum dos Cinco de Shangai em 1996, entre China, Rússia, Quirguistão, Cazaquistão e Tadjiquistão, foi o passo decisivo para os encontros anuais que se seguiram: na China/Shangai-1996, na Rússia/Moscú-1997, no Cazaquistão/Almaty-1998, no Quirguistão/Bishkek-1999; Tadjiquistão/Dushanbe-2000.

Os encontros dos anos 1990 estabeleceram como pauta os seguintes objetivos iniciais: a delimitação dos novos Estados surgidos da desintegração da URSS, a redução das tropas nas zonas de fronteira e a integração física e econômica, bem como o combate às ameaças não-tradicionais. Segundo Wang (2005, p. 179), a originalidade da OCS é ter como base do processo de integração os temas de segurança, tais como separatismo, terrorismo e fundamentalismo, ao invés da tradicional prioridade dada ao comércio regional. Mas ao invés da abordagem proposta pela diplomacia dos EUA após 2001, amadureceu entre as lideranças chinesas e russas a necessidade de não se restringir o combate aos “três males” ao uso da força, mas sim priorizar a reconstrução econômica e o desenvolvimento dos países centro-asiáticos.

Para a diplomacia chinesa, a principal interessada na OCS, a integração regional cumpria inúmeros papéis, tais como contribuir com a integridade territorial do Oeste chinês; impulsionar os fluxos de investimentos e de comércio; ampliar o fornecimento de recursos naturais, especialmente petróleo e gás natural; estabilizar a região apoiando países instáveis; e evitar a presença militar-estratégica dos EUA nas imediações do território da China. Ora, segundo Khanna (2008, p. 111), a região da Ásia Central tem sido um conduto da globalização Oriente-Occidente pela Rota da Seda e um espaço de competição entre potências na zona do Grande Jogo, tanto ao passado quanto ao futuro.

Dessa forma, o Oeste chinês é o espaço de conexão, de um lado, com o litoral e o Leste asiático e, de outro, com a Ásia Central, articulando a Bacia do Pacífico à Eurásia. Ou seja, a formação de uma economia continental na China proporcionaria um mercado interno capaz de sustentar o crescimento do país e, em parte, do mundo, pelas próximas décadas. Com efeito, o resultado seria a integração asiática a partir da recriação do sistema regional sinocêntrico, com uma complexa síntese entre princípios e valores antigos com instituições e acomodações modernas. O dinamismo chinês já dá indícios deste processo através do deslocamento da preponderância econômica japonesa e da crescente influência diplomática face aos EUA. O fato de ter se tornado a maior potência comercial do mundo em 2009 capacita o país a exercer um efeito gravitacional sobre a região. Não por acaso, o país oriental já é o principal parceiro comercial de antigos aliados dos EUA (Taiwan, Japão, Coreia do Sul) e da Rússia (Vietnã, Quirquistão e Tadjiquistão).

China e Rússia: sistema regional e transição sistêmica

A Rússia tem sido importante para o processo de integração asiático, seja, indiretamente, por ter derrubado os “muros” que criavam cisões na Ásia, seja, diretamente, por ser protagonista do mecanismo de integração euroasiático conhecido como OCS. O avanço dos mecanismos de integração na Ásia tem dependido, contudo, especialmente da China. A economia e a diplomacia da China tem sido capazes de (re)criar um sistema regional sinocêntrico que, por sua vez, pode representar a recentralização da economia mundial. Ao invés do domínio de cinco séculos do Atlântico Norte, o sistema regional sinocêntrico poderá assumir a condição do principal polo do sistema internacional.

De um lado, a China se beneficiou da aproximação com os EUA nos anos 1970 e, posteriormente das políticas norte-americanas voltadas ao fechamento do mercado doméstico para o Japão, com a desvalorização do iene no Acordo Plaza (1985), a desvalorização do dólar e outras medidas protecionistas (ARRIGHI, 2008, p. 120), pois impulsionou os investimentos em toda a Ásia. De outro, o fim da bipolaridade, a desintegração da URSS, a crise do milagre japonês e as dificuldades de reafirmação da

liderança dos EUA na Ásia tem fortalecido ainda mais a China. A reconstituição do sistema regional sinocêntrico como forma de integração asiática no longo prazo depende da capacidade da China exercer poder gravitacional na Ásia. A liderança chinesa sobre os processos de integração regional tem se dado a partir de dois círculos concêntricos: o primeiro círculo concêntrico é formado pela recriação de uma *esfera de co-prosperidade da grande China* com o Sudeste Asiático (KHANNA, 2008, p. 361), Península Coreana e Japão; já o segundo círculo é formado pela OCS, com país da Ásia Central e Rússia visando recriar a conexão com o Oriente.

A análise histórica do sistema regional asiático fornece elementos para pensar as novas tendências em curso e quais os elementos que contribuíram para formar esta nova síntese. De um lado, a longa tradição do sistema regional asiático baseou-se na baixa frequência de guerras entre os Estados, na ausência de competição entre si para construir impérios ultramarinos e no reduzido ímpeto de se envolverem em corridas armamentistas em comparação com os países europeus. Mesmo a expansão territorial da China durante o período Qing não foi impulsionada pela competição com outros estados, tampouco visava a extrair recursos das novas fronteiras econômicas incorporadas. Já o sistema europeu desenvolveu-se a partir da combinação peculiar entre capitalismo, militarismo e territorialismo e, por isso, criou as condições para a dominação em escala global, inclusive da própria China que era mais desenvolvida (ARRIGHI, 2008, p. 324; 328). Isto é, as pressões competitivas entre os Estados europeus por território e por circuitos comerciais foram a expressão do fortalecimento das estruturas militares eficazes e violentas que deram impulso à constituição do moderno sistema internacional capitalista (FIORI, 2009).

Enquanto no sistema europeu as guerras produziram constantes redefinições territoriais⁷, no sistema asiático não somente houve um baixo nível de conflitos entre os países, como as delimitações territoriais tenderam a ser preservadas após as guerras

⁷ Conforme Kang (2003, p. 170), em 1500 a Europa possuía cerca de quinhentas unidades territoriais, já em 1900, cerca de vinte. O mapa europeu mudou sensivelmente entre os períodos após no Entre Guerras, na Guerra Fria e no Pós-Guerra Fria, com surgimento e desaparecimentos e países e Impérios. No caso da Ásia, os ciclos de violência se explicam, em parte, em razão da diluição do sistema hierárquico e na conversão “realista” de países como Japão.

(KANG, 2003, p. 170). O recurso à dinâmica histórica comparada destes dois sistemas pode auxiliar a compreensão dos processos contemporâneos ligados a possibilidade de reconstrução do sistema asiático sinocêntrico. No caso da China, o país oriental não está a reproduzir a dinâmica do militarismo japonês e do nazismo alemão da Segunda Guerra, pois o nacionalismo chinês está voltado à proteção da integridade territorial e à recuperação de territórios perdidos (Taiwan, Spratly, Diaoyu), de modo que não revela nem coportamento revisionista nem mentalidade expansionista (GOLDSTEIN, 2003, p. 86).⁸ Mais do que isto, atualmente é justamente a preservação do *status* internacional que permite à China reduzir a inferioridade relativa.

Na atualidade, a integração asiática está baseada em um sistema hierárquico cujas características diferem substancialmente do sistema westphaliano: os Estados mais fracos buscam benefícios ao invés do balanceamento frente ao mais forte; o Estado central busca minimizar os conflitos com os países mais fracos, provendo meios para se ajustar a circunstâncias imprevistas; a hierarquia é sustentada não somente pelo poder material, mas por normas culturais compartilhadas que servem para mitigar o dilema de segurança e aumentar o nível de comunicação e confiança entre os Estados do sistema; e o Estado central tem baixo nível de interferência nos assuntos dos países mais fracos, respeitando a autonomia na organização doméstica e nas relações exteriores. Portanto, enquanto sistema regional asiático considera que há uma hierarquia formal e uma igualdade informal; no sistema europeu se reconhece uma igualdade formal entre os países e uma hierarquia informal que expõe na prática poderes desproporcionais (KANG, 2003, 167; 168).⁹

O processo de asianização da Ásia (FUNABASHI, 1994) e de reconstituição do sistema regional tem se manifestado em vários âmbitos. No âmbito diplomático, a China tem reocupado seu papel central na região, pela reconquista do seu status internacional, pelo fortalecimento das iniciativas multilaterais na região (Grupo dos 6,

⁸ Conforme Goldsten (2003, p. 86), a China tem adotado um estratégia neo-Bismarckiana voltada à realização de seus interesses e com baixo grau de tensionamento, o que não sugere a inexistência de riscos internacionis, sobretudo.

⁹ O sistema hierárquico da região elucida, por exemplo, as razões pelas quais 1) os países asiáticos reagem de forma diferente a dos EUA na questão de Taiwan (inclusive Japão) e 2) países como Vietnã e Coreia aceitam a posição central da China (ver KANG, 2003).

OCS, ASEAN + 3, APEC, ASEM, FOCALAL, etc.) e pelo deslocamento gradual de EUA e Japão como poderes dominantes. No âmbito econômico, o país está centralizando as correntes comerciais e os fluxos de investimentos na região, tornando-se o elo da integração produtiva regional que havia sido desencadeada pelos capitais japoneses nos anos 1980. Mas é no âmbito populacional e cultural que ocorre o elemento silencioso e eficaz da integração regional desempenhado pelos chineses de ultramar. Conforme Pinto (2000, p. 44), a conformação deste novo espaço geoeconômico de integração asiático tem dependido dos chineses de ultramar, pois estes sabem lidar com os frágeis sistemas legais; dominam os referenciais de valores e a cultura de negociação; possuem fluência no idioma e empatia dos nacionais da RPC; e tem longa exposição ao ambiente de negócios internacionais. São cerca de 55 milhões de chineses no Sudeste Asiático com recursos financeiros desproporcional ao seu contingente populacional na Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas, além dos três quartos de população chinesa em Cingapura.

Quanto à Rússia, país que acabou por impulsionar, direta e indiretamente, os mecanismos de integração na Ásia com o fim da bipolaridade, agora se depara com outros desafios face à recriação do sistema regional sinocêntrico. Há duas questões importantes a observar: 1) se a Rússia priorizará a opção internacional euroasiática, em detrimento da opção ocidentalista e 2) se, caso opte pela Eurásia, aceitará a dinâmica hierárquica de integração asiática cujo epicentro se desloca irrefreavelmente para a China. Entretanto, parece pouco provável que a Rússia deixará de ser um ator relevante no sistema internacional, tampouco que aceitará o papel de aliado menor dos EUA num jogo realista de contrapeso à China na Ásia.

Nesse sentido, sustentamos que não há dúvidas que a China e a integração asiática estão no núcleo das transformações sistêmicas em curso. Estas transformações colocam aos principais centros da civilização ocidental o desafio de se adaptar à irrefreável ascensão chinesa e à civilização sinocêntrica reemergente o desafio de colocar-se à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas aos problemas deixados pela hegemonia dos EUA (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 296) e pelas contradições do capitalismo em escala global. Por soluções sistêmicas deve-se entender a necessidade de

criação de mecanismos de governança globais mais equilibrados e de modelos de organização social menos desigual.

Isto é, a China, através da experimentação, tem desenvolvido a tradição diplomática dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (respeito mútuo ao território e soberania; não agressão; não interferência em assuntos internos; igualdade e benefício mútuo; coexistência pacífica) e o socialismo de mercado chinês como forma de liderança sobre o nascente sistema regional sinocêntrico. De um lado, um sistema regional asiático historicamente hierárquico e baseado num baixo nível de violência, apesar da heterogeneidade¹⁰ dos níveis de desenvolvimento e das diferenças dos regimes políticos. Se a política externa está ligada ao desenvolvimento e à política interna, sua base é a formação social, cujas raízes são históricas. As sociedades orientais, sobretudo a chinesa, assentam-se em elementos civilizacionais que priorizam as conveniências sociais e comunitárias, em contraposição ao individualismo e os laços de confiança, em detrimento às próprias normas legais.¹¹ Talvez estes elementos expliquem a prioridade chinesa sobre a reconstrução nacional, bem como o fato de o país ter tido um caso excepcional de intervenção direta moderna, o Vietnã. Aliás, em 2004, Hu Jintao reafirmou as bases dos Cinco Princípios ao declarar os “quatro não” (não à hegemonia, não à força, não aos blocos e não à corrida armamentista) e os “quatro sins” (à construção da confiança, à redução das dificuldades, ao desenvolvimento da cooperação e ao evitamento do confronto).

De outro, o socialismo de mercado chinês é uma experiência em desenvolvimento baseado em uma formação social complexa (transitória), em que o elemento dominante (espinha-dorsal) é estatal-socialista, com o controle do setor financeiro, das terras rurais e urbanas, da política macroeconômica, do poder político e dos setores estratégicos da economia (energia, siderurgia, ciência, comunicações, etc.),

¹⁰ Observa-se que a integração regional ocorre indiferente à existência de todo tipo de regime político e forma de governo, bem como expressivas assimetrias econômicas.

¹¹ Nos EUA, ao contrário, a formação social assentou-se no culto ao individualismo e à violência, acima, portanto, das instituições estatais e dos interesses coletivos. No imaginário coletivo está a ideia do indivíduo dotado de senso de justiça que pode levar a cabo a moral diante de uma esfera pública inerentemente corrupta e ineficaz. Não por acaso a política externa dos EUA encarnou a missão de impor a ordem pela força.

enquanto o mercado cumpre funções centrais na alocação dos recursos privados. Ao invés da tese do capitalismo restaurado, na China o Estado detém os instrumentos centrais de acumulação e, portanto, o planejamento integra o mercado para a construção do desenvolvimento nacional. Segundo Losurdo (2004, p. 79; 160), trata-se de uma experiência à procura não somente da forma política e da construção institucional, como do conteúdo econômico-social. Esta procura inclui não um futuro sem conflitos, mas se constitui num projeto bastante complexo voltado a criar alternativas às contradições do capitalismo. Isto é, criar formas de organização da sociedade capazes de dar soluções ao enorme potencial tecnológico e produtivo logrado com a RCT, sem, contudo, desembocar na visão escatológica de uma sociedade destituída de conflitos.¹² Ou seja, a transição na China é crucial para ordem mundial não somente por representar mais de 20% da população mundial, mas por ser parte central da procura de soluções sistêmicas em política internacional e em desenvolvimento nacional.

Considerações finais

A criação da OCS (2001) e a integração da Rússia e da China aos mecanismos de integração regionais da ASEAN e da APEC nos anos 1990 foram consequência da eliminação do conflito sino-soviético e mesmo dos padrões de rivalidade que predominaram durante a Guerra Fria. Mais do que os processos formais, as relações econômicas e diplomáticas evoluíram, sobretudo para a China; primeiro se integrando com os aliados dos EUA após os anos 1970, como Japão e Tigres Asiáticos, e, posteriormente, se reaproximando com os antigos aliados soviéticos, como o Vietnã e a Índia. A China foi a grande beneficiária da erosão da bipolaridade, pois conseguiu explorar as contradições internacionais para consolidar as reformas econômicas e a legitimidade política do PCCh. O dinamismo econômico chinês tem permitido ao país deslocar progressivamente o Japão e os EUA da liderança asiática, ao passo que outra potência, a URSS, desintegrava-se. Diante dos escombros da Guerra Fria, a China foi

¹² Segundo Losurdo (2004, p. 76-7), a visão escatológica/messiânica desenvolveu um papel nefasto ao supor que o socialismo desembocaria na extinção do aparelho estatal, da divisão do trabalho, das religiões, do mercado ou de qualquer outro conflito social.

assumindo a condição de polos dos processos de integração asiáticos, indicando a reconstituição do sistema regional sinocêntrico. Em suma, a Ásia do Leste foi a região mais afetada pelo quadro da Guerra Fria e, na atualidade, é a mais importante para o reordenamento mundial. E, não obstante os conflitos territoriais, movimentos separatismo, litígios fronteiriços, etc. é a região mais dinâmica e complexa do sistema internacional – e a que representa o maior desafio à posição dos EUA.

O fim da Guerra Fria e da URSS, de um lado, fez o governo chinês experimentar uma momentânea perplexidade e vulnerabilidade e, de outro, proporcionou aos EUA uma sensação de vitória e irresistível supremacia. Ironicamente, baixada a poeira, o resultado tem sido completamente diferente: para a China este novo quadro impulsionou a modernização e a ascensão internacional do país, enquanto para os EUA o unilateralismo produziu fraturas que tem acelerado a transição sistêmica. Por isso, o reordenamento mundial depende fundamentalmente da transição pela qual passa a China e pela sua capacidade de liderar a recriação do sistema regional sinocêntrico, contribuindo para a consolidação de alternativas às contradições herdadas pelo ciclo de domínio anglo-saxão. As alternativas sistêmicas serão resultado, por um lado, da síntese entre os aspectos histórico-civilizacionais e o projeto socialista experimentado pela China e, por outro, das novas forças e valores surgidos com os países emergentes (Brasil, África do Sul, Índia) no âmbito das relações Sul-Sul.¹³

REFERÊNCIAS

ANTONENKO, Oksana. Russia, Central Asia and the Shangai Co-operation Organization. In: *Russian Analytical Digest*. nº 25, julho, 2007, pp. 7-12.

¹³ Sobre as relações Sul-Sul, remeto a um artigo escrito sobre o lugar da África no comércio internacional do grupo BRIC (PAUTASSO, 2010a) e outro que aborda as relações sino-angolanas (PAUTASSO, 2010b).

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim – origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____; SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.

BOHR, Annete. Regionalismo in Central Asia: new geopolitics, old order. In: *International Affairs*. 80, 3, 2004, pp. 485-502.

FIORI, José. O poder global e a nova geopolítica das nações. In: *Crítica y Emancipación*. primer semestre, 2009, pp. 157-183

FUNABASHI, Yoichi. A asianização da Ásia. In: *Política Externa*. vol. 2, nº4, 1994, pp.15-21.

GOLDSTEIN, Avery. An emerging China's emerging grande strategy: a neo-bismarckian turn? In: IKENBERRY, John; MASTANDUNO, Michael. *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia, 2003, pp. 57-106.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KANG, David. Hierarchy and stability in Asian international relations. In: IKENBERRY, John; MASTANDUNO, Michael. *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia, 2003, pp. 163-189.

KHANNA, Parag. *O Segundo Mundo*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da história?* Rio de Janeiro: Revan, 2004.

PAUTASSO, Diego. A África no comércio internacional do Grupo BRIC. In: *Meridiano 47 (UnB)*, v.120, 2010a, pp. 54-59.

_____. A Economia Política Internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica. In: *Século XXI*, v.1, 2010b, pp. 107-126.

PINTO, Paulo. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

VIZENTINI, Paulo. *O descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ZHAO, Quansheng. Chinese Foreign Policy in the Post-Cold War Era. In: LIU, Guoli. *Chinese Foreign Policy in Transition*. New Jersey: Transaction Publishers, 2004, pp. 295-322.



Conjuntura Austral

WANG, Fei-ling. China's multilateral diplomacy in the new millennium. In: DENG, Yong; WANG, Fei-ling. *China rising*. Lanham: Rowman & Littlefield publishers, 2005, pp. 159-200.

Artigo recebido dia 21 de fevereiro de 2011. Aprovado dia 22 de março de 2011.

RESUMO

Este artigo aborda o envolvimento de China e Rússia nos processos de integração regionais impulsionados com o fim da Guerra fria. O argumento central é que a integração asiática sob liderança da China, o sistema regional sinocêntrico, é parte crucial da transição sistêmica em curso.

PALAVRAS-CHAVE

China; Rússia; integração asiática.

ABSTRACT

This article discusses the involvement of China and Russia in regional integration processes driven with the end of the Cold War. The central argument is that Asian integration under the leadership of China, the regional system Sinocentric, is a crucial part of the ongoing systemic transition.

KEYWORDS

China; Russia; Asian integration.